



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de
gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

**PROJETO TRANSRESISTÊNCIAS: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM
SERVIÇO SOCIAL**

MILENA CARLOS DE LACERDA¹

ANA LUÍSA DA SILVA CÔCO²

VÊNUS BARROS³

THAIANE DA COSTA ABREU⁴

FABIANE SABINO DE PAULA⁵

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência oriundo do estágio supervisionado em Serviço Social, que se realiza no âmbito do Projeto de Extensão "Transresistências: mulheres trans, território, cidadania e violências", da UERJ. Trata-se de um projeto que visa integrar ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo uma ponte entre a academia e lideranças travestis do complexo da Maré no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Serviço Social; Mulheres Trans; Extensão; Direitos Humanos; Interseccionalidade.

ABSTRACT

This article presents an experience report from a supervised internship in Social Work, which is carried out within the scope of the Extension Project "Transresistances: trans women, territory, citizenship and violence", of UERJ. This is a project that aims to integrate teaching, research and extension, establishing a bridge between academia and transvestite leaders from the Maré complex in Rio de Janeiro.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁴ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁵ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Keywords: Social Work; Trans Women; Extension; Human Rights; Intersectionality.

INTRODUÇÃO

O presente artigo configura-se como um relato de experiência decorrente do estágio supervisionado em Serviço Social, envolvendo 4 estudantes, sendo duas travestis e duas cisgêneras no Projeto de Extensão "Transresistências: mulheres trans, território, cidadania e violências, entre paradoxos e resistências", da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Este artigo pretende apresentar as contribuições e a importância da extensão universitária no ambiente acadêmico, além de reflexões afetas ao Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social. Ademais, o estudo objetiva destacar o debate das relações de gênero, a partir das epistemologias trans na vida profissional das assistentes sociais que atuam, sobretudo, na política de direitos humanos, com base no compromisso com a ciência e com a produção de conhecimentos no âmbito do Serviço Social.

O Projeto de Extensão visa integrar atividades de extensão, ensino, pesquisa e estágio supervisionado, promovendo a troca de saberes entre a Universidade, através da Faculdade de Serviço Social da UERJ, e as lideranças travestis do complexo da Maré, local onde está situado o Instituto Trans da Maré. No âmbito das atividades periódicas de extensão no território da Maré, o Projeto tem como objetivo assessorar as propostas de ação do Instituto Trans da Maré, valorizando os saberes locais, a autogestão e a autonomia das lideranças travestis da região. Dentre as principais atividades do Projeto de Extensão estão a assessoria ao Instituto Trans da Maré em projetos e editais; o levantamento da rede de serviços do território e de iniciativas do poder público no âmbito da cidadania trans; a realização de oficinas de direitos e formação de multiplicadoras; o apoio em ações sociais e mutirões de requalificação civil e a sensibilização/capacitação de profissionais das políticas setoriais.

Desenvolve-se, também, a partir de uma equipe interna⁶ de professoras da Faculdade de Serviço Social da UERJ, que possuem trajetórias acadêmico-científicas e profissionais no campo dos estudos de gênero e das transdiversidades. Em relação às parcerias externas com outras universidades, destacam-se a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de

⁶ Além das autoras mencionadas neste artigo, as Professoras Doutoras Silvana Marinho e Jessyka Kaline Augusto Ribeiro também integram a equipe do projeto de extensão, atuando como coordenadoras, supervisoras e orientadoras. Suas contribuições foram fundamentais para a construção deste relato de experiência

Janeiro (UFRJ) e a Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), contando ainda com a colaboração de atrizes trans do ativismo social.

Além disso, estão previstos grupos de estudos quinzenais com estudantes de Serviço Social de graduação e pós-graduação; a realização de atividades educativas sobre direitos trans; e a promoção de um curso de extensão sobre “Interseccionalidade e Violência de Gênero”, destinado à profissionais que atendem mulheres em situação de violência, abrangendo gestores de políticas públicas, integrantes do movimento social e das instâncias de controle social.

Ancorado em diversas epistemologias feministas e na interseccionalidade como paradigma crítico (COLLINS, 2019), o Projeto de Extensão busca fomentar ações extensionistas voltadas para a análise e intervenção na realidade, como uma das tarefas primordiais da Universidade na produção de conhecimento teórico-científico, aproximando as/os estudantes da experiência investigativa, extensionistas e de estágio sobre situações concretas nas relações de gênero, raça, classe e sexualidade.

A interseccionalidade, enquanto abordagem teórica e metodológica, permite uma análise mais complexa e abrangente das diversas formas de opressão que se interconectam, impactando diretamente o campo de atuação do Serviço Social no que refere ao próprio entendimento da questão social. Assim, a divulgação e valorização desses espaços acadêmicos contribuem significativamente para a formação crítica e reflexiva dos profissionais da área, bem como para o avanço do conhecimento científico e a promoção da justiça social.

Somado a isso, a relação horizontal entre a Universidade e a sociedade civil implica um diálogo contínuo e multidirecional, onde as experiências e demandas da população trans são, não apenas ouvidas, mas também incorporadas na construção de conhecimento e na formulação e avaliação das políticas. Esta abordagem permite que as instituições universitárias não apenas cumpram seu papel social, mas também enriqueça seu ambiente acadêmico com a diversidade de vivências e saberes da população trans.

Além disso, a formação especializada contribui para a desconstrução de preconceitos e estereótipos que muitas vezes permeiam as práticas profissionais. Através de uma educação continuada, os/as assistentes sociais podem desenvolver uma postura pedagógica mais respeitosa e plural, essencial para o estabelecimento de uma relação de confiança com os usuários dos serviços prestados. Partindo disso, o Conselho Federal de Serviço Social lançou, a partir do ano de 2016, uma série de publicações intitulada de “Assistente social no combate ao

preconceito” que abordam temas relacionados à diversos tipos de discriminação, como a transfobia.

A capacitação profissional em atendimento à população trans e travesti reforça o compromisso ético e político do Serviço Social com a justiça social e os direitos humanos. Esta formação não apenas melhora a qualidade do atendimento, mas também contribui para a transformação das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a marginalização. Portanto, investir na capacitação de assistentes sociais é uma medida indispensável para garantir que a política de Direitos Humanos seja efetivamente implementada e que os direitos da população trans e travesti sejam plenamente respeitados e protegidos.

A partir dessas considerações iniciais, o presente ensaio teórico objetiva analisar, descrever e avaliar a experiência político-pedagógica das atividades de supervisão acadêmica e profissional, a participação nos grupos de estudos, a dinâmica e planejamento das ações, bem como as contribuições na formação e aprendizado. Espera-se que a experiência do Projeto exposto fortaleça estudantes, profissionais e pesquisadores envolvidos na temática com ações que sejam pertinentes para a emancipação política e a cidadania de corpos trans que ocupam áreas periféricas.

Em tempo, registramos que o presente artigo caracteriza-se por sua natureza qualitativa, com uma abordagem descritiva, buscando explorar e descrever fenômenos complexos relacionados à cidadania da população trans. No que se refere a revisão bibliográfica, foram utilizadas as literaturas oportunizadas pelo projeto, além de outras que dialogam com o Serviço Social para refletir sobre diversos processos sociais. Priorizaram-se, especialmente, artigos científicos escritos por autoras travestis, trans e negras, com foco nas abordagens interseccionais e marxistas.

Ademais, o artigo também inclui a análise de documentos avaliativos, como relatórios e diários de campo, que fornecem insights valiosos sobre as experiências e práticas no contexto vivenciado. Os relatórios selecionados são provenientes do Projeto de Extensão, oferecendo percepções sobre os desafios e avanços na garantia de direitos e políticas públicas destinadas à população trans. Os diários de campo, mantidos pelas estudantes durante o período de estágio, mediante observação participante, foram analisados para identificar padrões e temas recorrentes nas experiências e interações observadas. Esta análise qualitativa permitiu uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos em estudo, complementando os dados obtidos

na revisão bibliográfica associada a experiência política e pedagógica de inserção neste campo de estágio.

1. PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES E REFLEXÕES

Para iniciar, enfatizamos que o conceito de identidade de gênero trata-se da percepção íntima que uma pessoa possui de si como sendo do gênero masculino, feminino de gênero fluído ou não-binário. Em termos de gênero, como bem lembra Jesus (2012), é considerado cisgênero, ou “cis”, sujeitos que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Portanto, na sociedade, há uma diversidade no que tange a identificação de pessoas cuja identidade está alinhada ou seu sexo biológico ou não.

Existe uma variedade de experiências humanas no que diz respeito a se identificar a partir de seu corpo, o que comprova, sobretudo com relação às pessoas trans, ser possível a existência de homens com vagina e mulheres com pênis (JESUS, 2012). Nesse sentido, a biologia não é responsável pela mulheridade das mulheres trans e travestis, mas sim a vivência das expressões de gêneros das quais mulheres trans e travestis se reconhecem enquanto seres sociais (MOIRA, 2017).

Cabe reforçar que a expressão de gênero é o modo como cada indivíduo se coloca na sociedade. Desta forma, o seu modo de se vestir, linguajar, comportamento, estilo e características socialmente associados às construções de feminino ou masculino. Portanto, ser travesti é a construção de uma realidade, de um corpo possível, previamente dito e sentido por seu psicológico e biológico. É uma reivindicação social e política, uma identidade que parte do binário, mas que a transcende (MOIRA, 2017), por que sua própria existência gera deslocamentos nos padrões sociais estabelecidos, questionando os fundamentos biológicos.

Entretanto, há possibilidade dessas existências esbarram com o que podemos chamar de lugares e não-lugares para pessoas trans. No Brasil, o espaço reservado a homens e mulheres transexuais e travestis é o da exclusão extrema, sem o acesso a direitos básicos e sequer ao reconhecimento de sua identidade. Desse modo, Jesus (2012) aponta que as pessoas transexuais têm um caminho de luta para terem garantidos os seus direitos fundamentais, tais como o direito à vida, que é constantemente ameaçado.

É importante salientar que a transexualidade é uma questão de identidade. Logo, não deve ser vista como um problema mental ou perversão sexual, menos ainda como doença debilitante ou contagiosa. Consoante a isso, a identidade de gênero não tem a ver com orientação sexual,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como por muitas vezes costuma ser confundida e também não é escolha e nem capricho (JESUS, 2012).

É sabido que, historicamente, a população trans e travesti é estigmatizada, marginalizada e perseguida em prol da crença de sua anormalidade, decorrente da crença de que o “natural” é o gênero atribuído ao nascimento. Em concordância com Jesus (2012), espera-se que na sociedade elas se comportem de acordo com o que se julga ser “correto” para esse ou aquele gênero.

No que se refere à relação contraditória e dialética entre a cidadania moderna e as mulheres trans, a despeito de concordar com as teses marxistas da incompatibilidade entre a universalização da cidadania e a existência de uma sociedade de classes, Marinho (2021, p. 250) destaca que “não apenas a categoria classe social obstaculiza a universalização da cidadania, mas a simbiose entre capitalismo, patriarcado e racismo torna a cidadania plena irrealizável”.

Conforme Marinho (2021, p. 250) “no que se refere às questões trans, as igualdades cívicas e as liberdades nem mesmo se encontram no plano formal, uma vez que, antes, a pessoa trans mereceria o reconhecimento jurídico-político”. Ilustra-se o não reconhecimento do nome social nos diversos espaços. Há uma série de decretos e normativas legais sobre o reconhecimento do nome social, que, em síntese, expressa uma “gambiarra legal”, uma “cidadania precária” (BENTO, 2014), justamente por não avançarmos na elaboração de uma lei de identidade de gênero no País.

Como a democracia burguesa tem, tão somente, a aparência de civilidade, temos computados números subnotificados que demonstram o quão paradoxal tem sido o assunto mulheres trans, cidadania e violência. O Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras da ANTRA de 2024 registra

Um total de 1057 (um mil e cinquenta e sete) assassinatos de pessoas trans, travestis e pessoas não binárias brasileiras. Sendo 145 assassinatos em 2023 e 131 casos em 2022; 140 casos em 2021; 175 casos em 2020; 124 casos em 2019; 163 casos em 2018 e; 179 casos em 2017 (o ano com o maior número de assassinatos de pessoas trans na série histórica). O que representa uma média de 151 assassinatos por ano e 13 casos por mês (BENEVIDES, 2024, p. 45).

Os dados apresentados reforçam que o cenário de todas as formas de violência desde o ano de 2017 é hiperbolizado, consolidando “um projeto transfeminicida em pleno funcionamento no país – e no mundo (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 39).

Em suma, estudar o processo de socialização, os agentes socializadores, a cultura e o conceito de identidade de gênero é significativo para melhor análise de como as mulheres trans e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

travestis estão inseridas historicamente no cotidiano diante das particularidades do capitalismo dependente e do receituário neoliberal que impactam sobremaneira as políticas sociais.

Ao se tratar do Serviço Social, cabe salientar a questão social como a base de sua fundação ideológica e cultural como especialização do trabalho profissional, sendo seu objeto de estudo e trabalho caracterizado pelas múltiplas expressões da questão social. De acordo com Costa e Rafael (2021), as relações sociais de gênero/sexo e raça/etnia afetam profundamente todos os aspectos da vida das pessoas, pois a divisão sexual e racial do trabalho resulta na formação de fenômenos como o patriarcado e o racismo. Desse modo, a questão social⁷ no Brasil encontra-se vinculada a uma origem conservadora posta no conjunto de desigualdades e explorações que surgem a partir do capitalismo.

Dito isso, a transfobia está intrinsecamente ligada ao impacto do capitalismo⁸ nas nossas relações como um fenômeno vinculado às estruturas socioeconômicas do sistema vigente produzindo e reproduzindo uma cadeia de opressões e discriminações. Ribeiro e Almeida (2021) destacam justamente a dificuldade da inserção das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans no mercado de trabalho que, em contexto de crise do capital, exploração intensa do trabalho e aumento do desemprego a situação se agrava ainda mais.

Nesse sentido, a relação do Serviço Social como um dos meios de assegurar os direitos humanos da população trans e travesti é algo que se faz mais do que necessário. Cabe, portanto, apropriar-se dos estudos sobre sexualidade e gênero, compreender as vivências que envolvem essas temáticas, as especificidades desses corpos e as violências enfrentadas por esse grupo, pois a materialização dessa violência consiste na expulsão de casa, da escola, que muitas vezes é marcada como evasão, e na exclusão do mercado formal, fazendo com que a prostituição não seja uma opção, mas sim uma condição precária e quase exclusiva de subsistência. Além disso, essas pessoas são brutalmente objetificadas nas ruas, e sua expectativa de vida diminui a cada dia ao enfrentar não apenas essas violências, mas diversas outras adversidades.

⁷ A definição mais amplamente aceita sobre questão social no Serviço Social é a de Yamamoto e Carvalho (1983, p.77): “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

⁸ O modo de produção capitalista se sustenta na busca constante pelo lucro, o que torna a acumulação de capital essencial. A conversão da mais-valia em capital resulta na acumulação de capital, que, por sua vez, cria uma população trabalhadora relativamente supérflua, essencial para a subordinação do trabalho aos interesses do capital. Nesse contexto, grande parte da população trans ocupa o segmento mais baixo da superpopulação relativa, vivendo na esfera do pauperismo. A inserção dessa população no mercado de trabalho é marcada por preconceitos e estereótipos, resultando na oferta de empregos extremamente precários. Embora haja participação da população trans no mercado de trabalho, este permanece predominantemente cisgêneros (ALMEIDA, RIBEIRO, 2021).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Essas adversidades podem ser enfrentadas de diversas formas, como ao incorporar conhecimentos transmitidos por travestis em suas práticas profissionais diárias. Um exemplo é Amara Moira⁹ (2017), escritora, travesti e doutora em teoria e crítica literária pela Unicamp. Conhecida por seus escritos e intervenções sobre identidade de gênero, sexualidade e políticas públicas para pessoas trans, o artigo “Cis pelo Trans” apresenta uma análise na qual a autora explora a dinâmica de poder entre pessoas cisgêneras, referidas por ela como “não nós”.

Diante do exposto, se examina como as pessoas cisgêneras podem se relacionar, entender e apoiar as pessoas trans, além de analisar as hierarquias de poder e privilégio presentes nesse contexto. Sendo assim, é adotada uma abordagem diversificada, destacando, por exemplo, a facilidade com que pessoas cisgêneras nomeiam corpos trans que ultrapassam fronteiras e a dificuldade dessas mesmas pessoas em serem nomeadas sem experimentar o desconforto e as limitações associadas a esses rótulos (MOIRA, 2017).

Outra incorporação necessária às práticas profissionais cotidianas ao enfrentamento da transfobia são os escritos de Sarah York (2020), uma militante travesti conhecida por seu ativismo no campo dos direitos LGBTI+¹⁰ e uma figura proeminente na luta pela cidadania de corpos trans e travestis, focando especialmente na visibilidade e na igualdade de direitos para esse grupo.

O *Manifesto Travesti* é um ensaio teórico significativo nos estudos de gênero e identidade. York (2020) oferece contribuições essenciais para a compreensão da experiência travesti na sociedade, enfatizando as demandas políticas, sociais e culturais dessa população. O texto aborda, ainda, o combate à discriminação, o reconhecimento das identidades de gênero diversas e a luta por direitos civis, abrindo possibilidades para o futuro da população trans e provocando reflexões que podem levar a mudanças importantes.

Entretanto, é importante trazer o olhar de mulheres trans e travestis sobre sua própria comunidade e não apenas ocupando o lugar de objeto de estudo na academia que, como afirma Sarah York (2020), possui um teor cis-fálico-sexista. Assim, é possível, por meio desses contatos, evidenciar que trans e travestis, para além de vítimas de violências, também são detentoras de sua própria história e narrativa, pois são protagonistas de si mesmas.

⁹ A autora também discute os embates entre feministas radicais e a população trans, que reivindicam novas formas de ser mulher para além dos termos biológicos que se limitam a útero e vagina, trazendo outras realidades para o entendimento do que é ser mulher. Ademais, aborda o fato de que não se nasce travesti, mas torna-se travesti, sendo frequentemente vista na sociedade a travestilidade como uma opção e não como um fato intrínseco ao seu corpo, à biologia e à vivência.

¹⁰ Sigla que representa o grupo social que se identifica enquanto Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Pansexuais, Intersexo e etc. Em suma, todo sujeito que não se enquadra na identidade heterossexual e cisgênera.

2. REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS EM CAMPO

O projeto de extensão enquanto natureza de estágio trouxe um olhar mais apurado para as relações de gênero e sexualidade na construção acadêmica e profissional das estagiárias, visto que o debate nas reuniões do grupo de estudos com textos que versam sobre a travestilidade culminou em reflexões acerca da vivência trans. É importante destacar que essa interlocução entre o Serviço Social e as relações de gênero, raça e sexualidade foi amplamente impulsionada por professoras e orientadoras, que têm se dedicado a fortalecer e ampliar esse debate dentro da categoria profissional.

Na primeira reunião mensal foi apresentado o plano de trabalho, criação de drive compartilhado, o planejamento de grupo de estudos e as atividades presenciais.

A participação no grupo de estudos foi de suma importância para permitir colocar sob análise o termo “cis”, expressão de gênero historicamente convencionada como a forma normal, correta e ideal. Entretanto, é apenas mais uma possibilidade de expressão de gênero dentre muitas outras que também são legítimas em nossa sociedade. Diante disso, utiliza-se as palavras “cis” e “trans”, em um exercício de desconstrução de uma disparidade de poder entre pessoas cisgêneras e transexuais.

A aproximação com o campo de estágio de natureza extensionista possibilitou a articulação com outras redes de apoio LGBTI+ como elemento fundamental na constituição de projeto de extensão bem articulado. Sob esse viés, é importante a existência da integração para a construção e execução de políticas públicas, sobretudo destinadas às mulheres trans e travestis.

Outro aspecto positivo da experiência de estágio é o contato com pesquisas, artigos e produções acadêmicas realizadas por mulheres trans e travestis, algo raro durante a graduação. Esse avanço não se limita apenas à leitura acadêmica, mas também proporciona uma compreensão mais profunda do percurso político, teórico, ético e metodológico das epistemologias trans.

Essa constatação é reveladora, pois evidencia as disputas em torno do conhecimento no ambiente acadêmico. Frequentemente, autores europeus são utilizados como base na formação acadêmica, enquanto autores latino-americanos, que abordam a realidade desses países, são quase completamente ignorados nas universidades.

A partir dessa interlocução teórica com as vivências das estudantes trans envolvidas neste projeto, é possível refletir sobre como o preconceito, principal obstáculo na vida de travestis e

mulheres transexuais, também se manifesta durante a graduação e assume novas roupagens nos programas de mestrado e doutorado.

Lacerda (2018) destaca que a distância entre esses sujeitos e os centros universitários está relacionada às múltiplas violências e à intolerância que tornam esse ambiente hostil para identidades que não se adequam às rígidas normas de gênero e sexualidade. Por outro lado, a presença desses sujeitos que desafiam a cisheteronormatividade também perturba a rotina da universidade, gerando desconfortos tanto no plano epistemológico quanto na vivência cotidiana.

Desta forma, por meio da aproximação com as bibliografias oportunizadas, refletimos e compreendemos o quanto a universidade pode se tornar um ambiente hostil e desafiador para pessoas trans e travestis, que muitas vezes desistem e abandonam esse espaço, através de um processo sistemático de expulsão que repercute diretamente nas questões de acesso, permanência e conclusão.

A realidade de mulheres trans e travestis em direção à vida acadêmica é algo inviável para um sistema opressor, misógino, patriarcal e transfóbico. Quando pessoas trans alcançam a universidade, impulsiona novos caminhos para a manutenção desses corpos nesses ambientes, como a iniciativa das Cotas Trans, muito debatida no interior da Faculdade de Serviço Social da UERJ, debate tal que resultou, inclusive, em um protocolo criado pelo Centro Acadêmico da graduação.

Além dessas questões, a presença das estudantes no II Seminário do Ambulatório Identidade realizado na UERJ, tornou-se relevante para o aprofundamento na temática referente a parentalidade trans. O debate sobre parentalidade suscitou reflexões acerca da transfobia para além das violências física, psicológica e institucional.

A transfobia manifesta-se quando não se espera que pessoas trans possam gestar, ter filhos biológicos ou adotivos e formar uma família. Isso ocorre porque a imagem de família propagada pela estrutura capitalista está associada à instituição burguesa, patriarcal e heteronormativa. É crucial salientar que existem diversos tipos de composição familiar que não se enquadram na estrutura tradicional de família com pai, mãe e filhos.

Mesmo sendo um consenso que o que chamamos de família tem numerosas configurações possíveis, desde o século XIX, porém, impera certo modelo conveniente para o ordenamento populacional (FOUCAULT, 2003). A partir dessa noção, pai-homem-cis e mãe-mulher-cis são fundamentais para a manutenção da estrutura da família e das sociedades. A família nuclear burguesa, tornou-se a estrutura fundamental necessária para inserir os seres humanos na ordem simbólica (PEREIRA, 2021, p. 67).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A ordem simbólica à qual Pereira (2021) se refere é o que Butler (2003) define como “[...] a própria cultura exige que um homem e uma mulher gerem uma criança e que a criança tenha esse ponto de referência dual para sua própria iniciação na ordem simbólica”. Em outras palavras, a ordem simbólica é um conjunto de regras impostas pela sociedade que moldam os sentidos de realidade, tanto individual quanto coletivamente, para manter a estrutura da burguesia.

Os homens trans e pessoas trans masculinas são frequentemente invisibilizados tanto em termos de parentalidade após a transição quanto na possibilidade de gerarem filhos. A ideia de gestar está atrelada, em nossa sociedade, à imagem do feminino, ignorando completamente pessoas que possuem útero e ovários, mas que não são mulheres e podem gestar.

A transfobia se manifesta, também, quando pessoas trans desejam iniciar o processo de adoção. Diversos sistemas de adoção são influenciados pelo preconceito contra pessoas trans, refletindo a transfobia presente na sociedade. Isso pode levar os responsáveis pelos processos de adoção a discriminarem candidatos trans, mesmo na ausência de uma proibição legal específica. Além disso, muitos profissionais envolvidos no processo de adoção podem carecer de formação adequada sobre questões de identidade de gênero, resultando em tratamentos preconceituosos.

Outro exemplo de experiência em campo foi a participação na socialização de uma pesquisa escrita por uma assistente social, que tratou dos direitos da população trans. Na banca, foram apontadas questões de aprimoramento e apresentadas contribuições à pesquisadora, sugerindo revisar a noção de “fato social”¹¹ no percurso metodológico durkheimiano escolhido, a fim de garantir uma abordagem mais crítica alinhada aos pressupostos teóricos, éticos, políticos e metodológicos do Serviço Social.

A partir da experiência relatada, compreendemos que o problema em produzir pesquisa social de acordo com a perspectiva de Durkheim, uma sociologia de natureza positivista, está em chegar a conclusões conservadoras, a exemplo de considerar a transfobia como natural e imutável, naturalizando as dinâmicas de opressões. Em oposição, a investigação marxista tem como objetivo captar aspectos para além das aparências superficiais presentes nos “fatos”, procurando analisar a essência do fenômeno (BERHING, 2011).

Nesse contexto, deve-se situar a análise sobre a permanência de estudantes trans e travestis em universidades públicas buscando captar o seu movimento histórico e dialético na sociedade burguesa desde as origens até suas condições na atualidade. Desse modo, é

¹¹ É uma proposta metodológica de Émile Durkheim, de 1895, que compreendia o “fato social” a tratar fenômenos sociais como coisas a partir de uma “neutralidade” do pesquisador, com forte inspiração no positivismo de Comte e na tradição empirista de Bacon.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

inadequado analisar o objeto de estudo a partir de uma expressão imediata como fato social. Ao contrário, torna-se importante situar expressões contraditórias da realidade do objeto a ser investigado.

Por último, houve a presença no evento *Diálogos pela Igualdade*¹², na Cidade da Polícia, organizado pelo Programa Estadual Rio Sem LGBTIfobia¹³. Os ouvintes do seminário, em maioria, eram profissionais da Polícia Civil majoritariamente homens brancos, cisgêneros e heterossexuais. Apesar de autoridades representantes do Estado alegarem estar ali por vontade e iniciativa próprias, a conduta do público alvo denunciava aspectos de indiferença, ignorância e falta de interesse sobre a complexidade dos assuntos abordados durante a apresentação de pautas colocadas por ativistas LGBTI+.

A questão intrigante sobre a realização de um evento como este, destinado a policiais, é o fato de a Polícia Civil ser uma instituição conservadora e historicamente LGBTfóbica que possui em sua gênese a reprodução de violências e opressões contra a classe trabalhadora de território de favela, na qual inclui pessoas negras e a própria comunidade LGBT+.

A partir dessa lógica, a polícia se torna um dos principais aparelhos do Estado¹⁴ cujo o propósito é a coerção dos corpos de sujeitos periféricos. Em suma, a realidade de pessoas LGBTI+, sobretudo, mulheres trans e travestis em locais precarizados, é uma constante experiência de *Vigiar e Punir*¹⁵, sendo a reprodução das relações em sociedade que são esperadas pelas instituições.

Em conclusão, as experiências supracitadas sublinham que a luta contra a LGBTfobia não se limita à capacitação de profissionais, mas requer a implementação de ações políticas emancipatórias que promovam uma nova ordem societal, desafiando as estruturas conservadoras e opressivas da sociedade burguesa, com a ativa participação dos/as assistentes sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹² O encontro consistiu na apresentação de um trabalho de letramento voltado à qualificação do atendimento de policiais destinados à população LGBT+, além da exposição de políticas de combate à LGBTfobia em uma mesa de debates com representantes de cada sigla da comunidade.

¹³ Política de Estado do Rio de Janeiro que tem como missão institucional e social o acolhimento de pessoas LGBTI+ dentre outros, em que a motivação principal da violência é a identidade de gênero e/ou orientação sexual do sujeito, orientando sobre os diferentes serviços disponíveis para prevenção, apoio e assistência.

¹⁴ Todos os aparelhos do Estado, inclusive a polícia, levam a população LGBTI+, em sua maioria, a um sofrimento psicossocial por estarem fora do padrão convencional heteronormativo. É a mesma instituição que entra na favela de forma abrupta e assassina corpos pretos dos quais também são integrantes da comunidade LGBTI+. Portanto, a institucionalização da LGBTIfobia é uma problemática que precisa ser discutida de forma mais ampla.

¹⁵ Título da obra de Michel Foucault, de 1975, que analisa relações de poder, formas de controle e disciplina na sociedade ocidental e seus respectivos aparatos de dominação.

O estágio supervisionado apresentou-se como uma oportunidade valiosa para a formação das estagiárias de Serviço Social, proporcionando uma imersão prática e teórica em temáticas essenciais para a atuação profissional, especialmente voltadas para a população trans. A constituição do escopo inicial do projeto de extensão, priorizando a inclusão de estudantes trans e negras, demonstra um compromisso com a diversidade e a inclusão social, alinhado aos princípios éticos do Serviço Social.

Ao longo do período analisado, as estagiárias engajaram-se em diversas atividades que enriqueceram sua compreensão sobre a realidade da população trans e travesti. A participação em eventos, a elaboração de diários de campo e a presença em eventos sobre gênero foram fundamentais para o desenvolvimento de uma visão crítica e informada sobre as demandas dessa população. Essas atividades não apenas fomentaram o conhecimento teórico, mas também promoveram um entendimento prático e contextualizado das políticas públicas e iniciativas da sociedade civil em prol dos direitos das pessoas trans.

A experiência do estágio também trouxe à tona a importância da interseccionalidade na abordagem das discriminações. Dessa forma, o estágio supervisionado permitiu uma reflexão aprofundada sobre o papel da universidade e do Serviço Social na promoção dos direitos humanos das pessoas trans e travestis. A hostilidade do ambiente acadêmico e a luta diária contra um sistema opressor foram questões centrais debatidas, ressaltando a importância de uma atuação profissional comprometida com a transformação social e a defesa dos direitos dessa população.

Foi visto que a profissão de Assistente Social, ao lidar diretamente com as condições sociais e econômicas que moldam as desigualdades, deve se apropriar dos estudos sobre sexualidade e gênero em diálogo com a raça e classe social para combater as violências e desafios enfrentados pela população trans. A materialização dessas violências, manifestada pela exclusão social e pela prostituição compulsória, requer uma intervenção qualificada e sensível por parte dos profissionais do Serviço Social.

As atividades de campo e os debates promovidos pelo projeto permitiram uma análise aprofundada das barreiras institucionais e sociais que perpetuam a transfobia, destacando a invisibilidade e as violências enfrentadas por homens trans e pessoas trans masculinas na parentalidade, tanto na gestação quanto na adoção.

Ademais, a formação das estudantes de Serviço Social foi significativamente enriquecida pela extensão universitária e pelo estágio supervisionado, orientados pelos princípios



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ético-políticos da profissão. A inserção curricular da extensão, conforme a Deliberação nº 04/2023 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UERJ, proporcionou um ambiente propício para a articulação teórica e prática, fundamental para a formação crítica e reflexiva dos futuros profissionais.

Por fim, o projeto evidencia que a luta contra a transfobia não se limita à capacitação de profissionais, mas requer a implementação de ações políticas emancipatórias que promovam uma nova ordem societária. A relação horizontal entre a universidade e a sociedade civil é essencial para que as demandas e experiências da população trans sejam incorporadas na construção do conhecimento e na formulação de políticas públicas, cumprindo o papel social da universidade e enriquecendo seu ambiente acadêmico com a diversidade de vivências e saberes.

Dito isto, incentivar o caráter vital da diferença nas instituições que estamos envolvidos para além do pressuposto da tolerância possibilita romper com os mecanismos de interdições e normatizações restritivas, vigilantes, colonizadoras e higienizadas, forjando condições para um direito democrático da sexualidade e da livre expressão de gênero. A construção dessa abordagem no âmbito educacional reivindica que se considere a articulação entre cidadania, dignidade, diversidade, emancipação, liberdade e a diferença, aspectos inseparáveis da prerrogativa dos direitos humanos; bases para pensarmos uma educação democrática e justa que se desdobre em inúmeros direitos (LACERDA, 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. - 9. ed. - São Paulo : Cortez, 2011.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021.
- BENEVIDES, B. G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125p.
- BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea, v. 4, n. 1, 2014.
- COLLINS, Patricia Hills. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

COLLINS, Patricia Hills. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, R. G; RAFAEL, J. C. Questão Social e sua particularidade no Brasil: Imbricação entre patriarcalismo-capitalismo. In: *Temporalis*, Brasília, ano 21, n. 42, p. 77-93, jul/dez de 2021.

PEREIRA, P. L. M. *De barba e barrigão: Histórias de Gestação e Parentalidade de Homens Trans*. Dissertação de Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez, 1983.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS: Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. Brasília, 2012.

LACERDA, Milena. *Entre - lugares do nome social e do uso autorreferido dos banheiros: um itinerário de assujeitamentos e resistências na Universidade Federal do Tocantins*. Dissertação [Mestrado em Serviço Social], Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação, 2018.

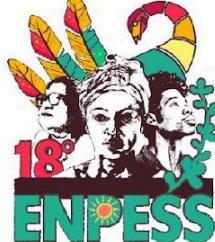
MARINHO, Silvana. *Relações de opressão-exploração da modernidade colonial: notas sobre cidadania trans e emancipação*. Em *Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ. v. 19, 2021.

MARINHO, S. *Transresistências: mulheres trans, território, cidadania e violências, entre paradoxos e resistências (Projeto de Extensão)*. Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 2024.

MOIRA, A. *O cis pelo trans*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, 2017.

RIBEIRO, J. K.; ALMEIDA, G. (2021). *De quem é o corpo que compõe a força de trabalho? Reflexões sobre trabalhadoras/es trans no contexto da Covid-19*. *Revista Trabalho Necessário*, 19(38), 152-175.

YORK, S. W; OLIVEIRA, M. R. G; BENEVIDES, B. *Manifestações textuais (insubmissas) travesti*. *Estudos Feministas*, v. 28, 2020.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**